

A MATRIZ POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA PEDAGOGIA DO MOVIMENTO NAS LICENCIATURAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONFLUÊNCIAS, DISSONÂNCIAS E POTENCIALIDADES

Denilson da Silva [1]

Isabela Camini [2]

Solange Todero Von Onçay [3]

Não dá mais para falar o que não vive. O caminho é partir da prática, da realidade. Ferreira, 1987

Resumo: Este ensaio reflexivo analisa a matriz político-pedagógica da Pedagogia do Movimento e suas aproximações, tensões e potencialidades nas Licenciaturas em Educação do Campo (LEdoC). Com base em autores como Caldart, Molina, Freire e Gramsci, propõe-se uma leitura crítica dos fundamentos, da gênese e da organização pedagógica dessa pedagogia, destacando a alternância formativa, o princípio educativo do trabalho, a coletividade e a organicidade dos processos formativos. A metodologia é qualitativa, com análise teórico-documental ancorada na sociogênese dos cursos de LEdoC e nas práticas formativas com sujeitos do campo. Discutem-se os desafios enfrentados pelas LEdoC frente aos processos de institucionalização universitária e os riscos de descaracterização de seus princípios fundantes. Defende-se o fortalecimento dos vínculos com os movimentos sociais e o projeto histórico de emancipação camponesa como condição para manter a intencionalidade política da formação. A Pedagogia do Movimento é reafirmada como uma proposta concreta de formação humana integral, comprometida com a justiça social, a autonomia dos sujeitos do campo e a luta por soberania popular.

Palavras-chave: Pedagogia do Movimento; Educação do Campo; Formação docente.

Introdução

Este ensaio propõe uma reflexão sobre a matriz político-pedagógica da Pedagogia do Movimento, analisando seus elementos constitutivos nas dimensões política, pedagógica, epistemológica e organizativa. Compreender esses fundamentos é essencial para reconhecer como eles atravessam, em diferentes níveis, a construção das Licenciaturas em Educação do Campo (LEdoC), mesmo nos espaços institucionalizados.

Busca-se discutir aspectos formativos voltados à construção de sujeitos históricos, educadores comprometidos com a transformação social e capazes de reconhecer-se como protagonistas de sua trajetória. Abordam-se princípios como a

[1] Doutor em Educação pela Unisinos. Professor adjunto da UFFS/campus Erechim. Atua no Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza. E-mail: denilson.silva@uffs.edu.br.

[2] Doutora em Educação pela UFRGS. Do Setor de Educação do MST. E-mail: isacamini@yahoo.com.br

[3] Doutora em Antropologia Social (UNAM/AR) e em Ciências Sociais (UFRRJ). Professora adjunto da UFFS/campus Erechim. Atua no Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza. E-mail solange.oncay@uffs.edu.br



alternância, a coletividade, a organicidade e o papel formativo do Tempo Comunidade e Tempo Universidade, elementos centrais na ressignificação da aprendizagem e da práxis.

Inspirada na Pedagogia do Oprimido, de Freire (1987), a Pedagogia do Movimento emerge das lutas do MST e configura uma proposta educativa forjada na resistência e na busca por justiça social. A luta pela escola, da qual o Movimento não abre mão, sempre considerou que o espaço escolar conquistado deveria ser lugar privilegiado para a vivência dessa pedagogia. A formação docente na perspectiva da transformação social, com todos os vícios históricos que a acompanham, é um desafio que continua presente.

O problema que orienta este estudo é: de que modo os fundamentos da Pedagogia do Movimento, originados nas lutas sociais e nos processos coletivos de resistência, podem permanecer vivos, críticos e transformadores dentro dos espaços institucionalizados de formação docente, como os cursos de LEdoC, sem perder sua intencionalidade política, emancipatória e popular?

Parte-se da hipótese de que a Pedagogia do Movimento, ao articular a alternância entre Tempo Universidade e Tempo Comunidade, a coletividade, o trabalho como princípio educativo e a construção coletiva do conhecimento, oferece uma matriz formativa coerente com os princípios da educação do campo e com a formação de sujeitos históricos, autônomos e comprometidos com a justiça social.

Esta análise teórico-reflexiva, de abordagem qualitativa, ancora-se em documentos do MST, projetos político-pedagógicos das LEdoC e autores críticos como Freire, Caldart, Arroyo, Frigotto e Gramsci. Privilegia-se a leitura das ideias e práticas formativas em seus contextos sociopolíticos, especialmente aquelas voltadas à formação humana integral e aos desafios da práxis educativa no campo. A justificativa reside na urgência de fortalecer os vínculos entre universidade e movimentos sociais, frente ao risco de esvaziamento político-pedagógico das licenciaturas em Educação do Campo. Retomar os fundamentos da Pedagogia do Movimento é reafirmar o compromisso com a reforma agrária popular e a construção do conhecimento enraizado nas vivências e culturas camponesas.



Referencial Teórico

A matriz pedagógica da Pedagogia do Movimento e seus fundamentos

Caldart (2013) identifica cinco dimensões fundamentais da Pedagogia do Movimento: (a) vínculo orgânico com o movimento social; (b) trabalho como princípio educativo; (c) teoria materialista e histórico-dialética do conhecimento; (d) construção da coletividade e auto-organização dos estudantes; e (e) alternância e os tempos educativos. Esses fundamentos resultam da experiência histórica do MST, especialmente na articulação entre terra, escola e formação, entendidos como direitos constitucionais também para os povos do campo.

Essa articulação entre luta e organização coletiva marca a singularidade da Pedagogia do Movimento, compondo uma matriz formadora que dialoga com outras pedagogias e amplia os sentidos da educação e da luta social (CALDART, 2005). Nas práticas do MST, destacam-se elementos como a alternância (Tempo Universidade – Tempo Comunidade), a agroecologia, a educação popular, o trabalho como princípio educativo e a organicidade que sustenta a coletividade. Essa coletividade se mantém ativa, ampliando a atuação com os movimentos e territórios de origem e potencializando a práxis pedagógica.

O conceito de práxis, nesse contexto, é central: refere-se à ação que, ao ser pensada e transformada pela teoria, modifica a realidade. É nesse movimento dialético que se produzem conhecimento, pertencimento e transformação. Tal processo se concretiza na alternância, nas experiências educativas do Instituto de Educação, nas práticas agroecológicas e na atuação junto aos movimentos sociais e suas comunidades.

A Pedagogia do Movimento expressa, assim, um desejo transformador que se torna ação coletiva. Ao partir de experiências pessoais atravessadas pela cultura dominante, forma sujeitos históricos e engajados, capazes de sustentar práticas educativas críticas e libertadoras. Essas dimensões orientam a análise das Licenciaturas em Educação do Campo, permitindo compreender até que ponto tais fundamentos estão presentes nos cursos e práticas formativas.



A matriz das Licenciaturas em Educação do Campo na interface com a Pedagogia do Movimento

As Licenciaturas em Educação do Campo (LEdoC) surgem como proposta contra-hegemônica, marcada pela participação ativa dos movimentos sociais na definição dos projetos formativos. Essa característica delineia um novo perfil de educadores comprometidos com a transformação social, em consonância com os interesses da classe trabalhadora (MOLINA, 2021). Os cursos focam na Educação Básica, com ênfase na formação por áreas do conhecimento e na atuação docente e comunitária nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio (MOLINA, 2017).

O modelo de alternância promove práticas formativas que articulam saberes populares e conhecimento científico, fortalecendo a relação com os territórios de origem e incentivando intervenções educativas transformadoras (MOLINA; HAGE, 2016). Molina (2015) aponta três dimensões essenciais para a formação teórica dos educadores do campo: a compreensão da função social da escola, o vínculo com a comunidade e a capacidade de transformar a prática educativa (MOLINA; PEREIRA, 2019).

A matriz dessas licenciaturas considera as tensões e contradições do campo brasileiro, articulando-as à formação de docentes comprometidos com a realidade local (MOLINA, 2021). Essas formações ampliam o acesso à Educação Superior e enriquecem a produção do conhecimento com o protagonismo dos sujeitos do campo (ANGÊLO, 2019; CARMO, 2019; SANTOS, 2020; MOLINA, 2021).

A práxis como articulação entre teoria e prática é central para romper com a lógica capitalista e alcançar a emancipação humana (MOLINA, 2023; TONET, 2013). Estudo de Molina (2023), sobre a LEdoC da Universidade de Brasília, destaca avanços na organização do trabalho pedagógico e no coletivo docente inserido na Educação Básica.

A análise demanda compreender o contexto como locus formativo e espaço de resistência, onde se expressam valores, subjetividades e sentidos humanos na construção da existência.



As Licenciaturas em Educação do Campo: desafios e limites

O processo formativo da Educação do Campo deveria incidir com mais força na construção de sujeitos históricos engajados nas lutas sociais. A ausência dessa intencionalidade é uma das fragilidades das Licenciaturas em Educação do Campo (LEdoC). Questiona-se: temos conseguido garantir uma formação com perspectiva de classe e assegurar a participação dos movimentos sociais, especialmente no acompanhamento da auto-organização estudantil e no Tempo Comunidade?

A alternância curricular tem origem nas lutas dos movimentos sociais e exige compromisso com um projeto societal alternativo. Ressignificar a função da escola é essencial, colocando-a a serviço da emancipação dos sujeitos do campo. Como afirma Freire, a educação nunca é neutra. Na Educação do Campo, de caráter resistente, é fundamental que a formação docente incorpore essa consciência crítica.

Segundo Frigotto (2014b), Freitas (1995) e Caldart (2008), romper com o modelo liberal requer articular formas de resistência e construir um novo projeto societário. Para isso, é preciso adotar uma concepção de conhecimento que compreenda a realidade como totalidade dialética e integrada entre os saberes.

A alternância, nesse sentido, não se limita ao deslocamento entre universidade e comunidade, mas articula teoria e prática, superando a fragmentação do saber e considerando as contradições sociais. Trata-se de um modelo voltado à transformação da realidade, que dialoga com a luta camponesa por outro modo de vida.

Caldart (2004a, p. 93-94) reforça que as LEdoC operam com um projeto em construção voltado à classe trabalhadora e em oposição à lógica do capital. Compreender o campo como modo de vida demanda reconhecer a identidade, os saberes e a relação dos sujeitos com a natureza, elementos que fundamentam a organização das LEdoC por áreas do conhecimento e em perspectiva de totalidade.

Essa proposta requer uma nova concepção educacional, resultante dos embates protagonizados pelos Movimentos Sociais do Campo. A Educação do Campo, ao colocar a formação humana no centro da produção do conhecimento, denuncia a reprodução de um modelo escolar subordinado à lógica capitalista, como já advertiu Caldart (2010, p. 64).



Gramsci (2011b) contribui para entender como a dominação se instala ao ser incorporada pelos próprios sujeitos subalternos. Essa contradição aparece nas LEdoC, quando camponeses reproduzem o discurso do agronegócio – justamente o sistema que ameaça sua existência. Esse paradoxo deve ser tematizado no currículo e nas ações nos territórios.

A descaracterização das LEdoC é um risco real, caso se afastem de suas bases populares e da pedagogia freireana. Devem valorizar a diversidade do campo, incluindo povos indígenas com suas cosmovisões e culturas, transformando essas diferenças em potência pedagógica. A alternância entre Tempo Universidade e Tempo Comunidade fortalece a prática concreta e os vínculos com os territórios. Tais elementos são apresentados por Sartori, Da Silva e Pagliarin (2019) tanto no sentido do fortalecimento formativo, ao articular e sintonizar os saberes acadêmicos com aqueles oriundos da prática social cotidiana dos sujeitos do campo como; as exigências e os desafios presentes no planejamento e acompanhamento dos formadores ao longo do processo.

É necessário revisar criticamente o percurso das LEdoC à luz da história da Educação do Campo. Este estudo, ao analisar a sociogênese de dois cursos[4], busca contribuir com essa reflexão, abordando saberes locais, novos contextos e desafios. Apesar da inserção nas universidades, ainda é difícil consolidar os princípios da Educação do Campo como projeto da classe trabalhadora. Com a institucionalização, novos formadores nem sempre compartilham o compromisso político-pedagógico original.

Os cursos analisados demonstram intencionalidade formativa e abertura à reinvenção. Com diálogo, crítica e planejamento coletivo, é possível resgatar os princípios fundadores e reafirmar o papel das LEdoC na construção de uma sociedade emancipada, mesmo diante da diversidade de sujeitos e contextos.

Reflexões para avançar à Luz da Pedagogia do Movimento

[4] Trata-se do Curso de Pedagogia da Terra/Unioeste/Francisco Beltrão/PR (2004 – 2008) e do Curso de Licenciatura em Educação do Campo UTFPR Dois Vizinhos/PR (2010-2015), sendo dois curso que antecederam às Licenciaturas em Educação do Campo, realizados no Sudoeste do Paraná. Pesquisa que deu base à tese intitulada: “Sociogênese dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo no Sudoeste do Paraná (2004-2015), do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) defendida recentemente (11/07/2025) por Solange Todero Von Oncay.



De acordo com Caldart (2005), é a combinação entre luta e organização coletiva que mais caracteriza a especificidade da Pedagogia do Movimento. Quando articulada a outras pedagogias, essa fusão compõe uma matriz formativa que potencializa tanto o valor da luta social quanto o da educação. Trata-se de uma concepção orientada pelo desejo de transformação da sociedade, ancorada no princípio educativo da práxis social, um dos elementos centrais da proposta educativa à qual nos referimos.

Os movimentos sociais são, nas palavras de Melucci (2001, p. 21), “profetas do presente”. Embora não detenham a força dos aparatos institucionais, possuem o poder da palavra. Anunciam mudanças possíveis, não como promessa de um futuro distante, mas como realidades possíveis no presente. Tornam visível o poder, atribuindo-lhe forma e rosto. Ainda que falem uma linguagem própria, expressam algo que transcende seus limites, dialogando com a coletividade.

Vincular a educação aos movimentos sociais é, portanto, reconhecer a educação como processo de formação humana e os movimentos como sujeitos pedagógicos. É também um gesto de esperança e compromisso com a finalidade social da educação, quando nos posicionamos ao lado dos trabalhadores, e não dos que os oprimem. Caldart (2024) resgata o conceito de “finalidades sociais da educação”, destacando sua vinculação à classe trabalhadora. Embora essas finalidades assumam diferentes matizes conforme o tempo e as circunstâncias históricas, não podem ser obscurecidos por uma espécie de amnésia coletiva, que nos impede de perceber a estrutura social e onde devemos incidir com ações transformadoras. No atual momento histórico, torna-se urgente problematizar as imposições da ordem estrutural capitalista e seus reflexos sobre a classe trabalhadora, em especial no que tange à exclusão e ao acesso limitado aos bens materiais e culturais.

Diante dessa concepção de projeto societário, emerge a necessidade de uma nova abordagem na formação docente uma abordagem que permita superar os efeitos da negação histórica, do enfraquecimento da cultura científica e da alienação em relação ao contexto sociocultural e político. O conhecimento necessário deve permitir aos sujeitos a compreensão da totalidade, viabilizando a transformação das relações sociais e de produção que estruturam a luta de classes.



Nesse contexto, destacamos componentes sínteses da Pedagogia do Movimento, forjados na prática, na luta, na resistência e na pedagogia revolucionária socialista construída ao longo de mais de 40 anos. São experiências que consolidaram uma base teórica consistente, orientada pela emancipação dos trabalhadores e pela consciência de classe, com forte inserção nas lutas agrárias e sociais. Esses componentes expressam intencionalidade pedagógica, política e formativa, possibilitando a constituição de sujeitos capazes de se formar na luta e, ao mesmo tempo, sustentá-la.

Para tanto, é necessário construir uma pedagogia que recrie tempos, espaços e métodos a serviço da transformação da lógica liberal, individualista e capitalista. Dentre os elementos centrais dessa metodologia político-pedagógica, destacam-se o movimento dialético de ida e vinda entre os tempos da alternância (Tempo Universidade Tempo Comunidade), o princípio educativo do trabalho, a presença orgânica dos movimentos sociais e a construção coletiva do conhecimento. Essa organização fomenta uma intencionalidade pedagógica que fortalece a práxis expressão concreta do compromisso com a realidade.

A Alternância, nesse sentido, constitui uma prática formativa essencial da Pedagogia do Movimento. Com raízes históricas ancoradas nos sujeitos, nas territorialidades e nos saberes próprios das comunidades do campo, essa prática reconstrói os fundamentos pedagógicos com base em processos educativos que respeitam a articulação entre tempo, espaço, realidade e conhecimento. Isso permite a integração entre teoria e prática, reflexão e ação, condição fundamental para a transformação.

Com rigor metodológico e sistematicidade, é possível transitar entre as fronteiras da ciência e dialogar com as diversas áreas do conhecimento. Ao fazê-lo, constituem-se práticas pedagógicas densas, inovadoras e comprometidas com a formação humana. A sistematicidade, nesse processo, é imprescindível para dar conta das múltiplas especificidades envolvidas, assegurando vínculos dialógicos que superem fragmentações e permitam a leitura da realidade em sua totalidade.

Essa é a essência da práxis: uma ação vinculada à reflexão, uma prática conectada à teoria, que, por sua vez, enriquece os processos formativos, gerando engajamento e pertencimento às lutas sociais. Essa compreensão está presente no



Instituto Educar, sendo vitalizada pela Alternância (TU–TC), a qual potencializa a intencionalidade dos processos formativos. Dessa forma, a práxis transforma-se em ação concreta, conectada às realidades dos educandos e dos movimentos sociais de onde eles provêm.

Entendemos que esse movimento dialético, inerente à formação humana, proporciona a construção de um papel histórico e de um lugar no mundo. Essa construção exige uma pedagogia que não apenas revela as contradições estruturais da sociedade capitalista, mas que também contribua para sua superação.

Considerações Finais

A análise desenvolvida neste ensaio reflexivo permitiu compreender que a Pedagogia do Movimento, forjada nas lutas sociais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), configura-se como mais do que uma proposta educacional: trata-se de um projeto político-pedagógico comprometido com a transformação social, articulado com a formação integral de sujeitos históricos, críticos, engajados

A investigação das dimensões política, epistemológica, pedagógica e organizativa dessa matriz formativa evidenciou que sua inserção nas Licenciaturas em Educação do Campo (LEdoC) ainda enfrenta desafios, sobretudo diante das tensões oriundas do processo de institucionalização universitária. Contudo, verificou-se que fundamentos como a alternância entre Tempo Universidade e Tempo Comunidade, a coletividade, a organicidade e o trabalho como princípio educativo permanecem como pilares potentes para o fortalecimento da formação docente voltada às realidades do campo.

Comprovou-se, assim, que a incorporação crítica e orgânica da Pedagogia do Movimento nas LEdoC contribui significativamente para a construção de um projeto educativo emancipador. Esse projeto valoriza os saberes dos sujeitos do campo e possibilita o desenvolvimento de práticas pedagógicas contextualizadas nas dimensões sociais, culturais e territoriais das comunidades camponesas.

Por fim, reafirma-se a importância de manter vivo e ativo o vínculo entre a universidade e os movimentos sociais, em permanente diálogo pedagógico sobre as experiências acumuladas, construídas ao longo das três décadas da Educação do Campo. O fortalecimento da Pedagogia do Movimento nos espaços institucionais



constitui uma condição fundamental para assegurar a continuidade de uma formação comprometida com a justiça social, a soberania popular e a construção de uma sociedade mais justa, plural e igualitária.

Referências

ANGÊLO, A. A. **Um estudo sobre a prática político-social de egressos da Licenciatura em Educação do Campo da FaE/UFMG**: possibilidades e desafios para a formação de educadores do campo. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem-terra**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento**: processo histórico e chave metodológica. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *O MST* e a Educação do Campo: uma pedagogia de perspectiva socialista em construção. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2024.

CALDART, Roseli Salete et al. **Escola em movimento:** Instituto de Educação Josué de Castro. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FERREIRA, Eudson de Castro. **Sem Terra:** vida e luta. Cuiabá: Gráfica da Emater, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O MST e a Educação do Campo**: uma pedagogia de perspectiva socialista em construção. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2024.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bonfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MOLINA, Mônica Castagna. **Contribuições das Licenciaturas em Educação do Campo para as políticas de formação de Educadores**. Educ. Soc. Campinas, v.38, nº 140, p. 587-609. jul.-set. 2017a.

MOLINA, M. C.; HAGE, S. M. Política de formação de educadores do campo no contexto da expansão da Educação Superior. **Educação em Questão**, Natal, v. 51, n. 37, p. 121-146, jan./abr. 2016.

MOLINA, M. C.; PEREIRA, M. F. R., & Brito, M. M. B. **A práxis de egressos (os) da LEdoC UnB na gestão das escolas do campo:** caminhos para resistência à Matriz



Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar. Rev. Bras. Educ. Camp., 6, 12965. 2021. http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12965.

MOLINA, M. C.; & HAGE, S. **Licenciaturas em Educação no Campo:** resultados da pesquisa sobre os riscos e potencialidades de sua expansão (2013-2017). Florianópolis: LANTEC /CED/UFSC, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. As novas e velhas faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA (Org) . **Teoria e Educação no Labirinto do Capital**. 2 ed. Expressão Popular. São Paulo, 2014b. p. 29-29.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** V.5: O Rissorgimento. Notas sobre a História da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b

FREITAS, Luiz Carlos. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas: Papirus, 1995.

CALDART, Roseli Salete. **Caminhos para a transformação da escola**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CALDART, Roseli Salete. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (org). **Educação do Campo:** campo – políticas públicas – educação. Brasília: INCRA; MDA, 2008.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5, Brasília, 2005.

PEREIRA, Isabel Brasil et al. **Dicionário da Educação do Campo**. In: CALDART, Roseli. *Pedagogia do Movimento*. p. 546-553, 2012.

SARTORI, Jerônimo; DA SILVA, Denilson; PAGLIARIN, Lidiane Limana Puiati. A Pedagogia da Alternância como possibilidade formativa nas licenciaturas em educação do campo. **Educação, Ciência e Cultura**, v. 24, n. 1, p. 41-52, 2019.

SOUZA, Lara. Nós somos o MST: 40 anos de história do movimento popular que ajudou milhares de famílias a conquistarem direitos e cidadania e provou que outro modelo de agricultura é possível. **Revista Radis**, n. 266, p. 10-19, nov. 2024. Escola Nacional de Saúde Pública – Fiocruz.

VON ONÇAY, Solange Todero. Sociogênese dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo no Sudoeste do Paraná (2004-2015), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiros (UFRRJ) Rio de Janeiro, 2025.